

**FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE  
CAMPINAS**

Campinas, 5 de Fevereiro de 2018

Of. FMDDH nº 006/2018

Exmo (a). Sr (a). Dr (a). Promotor (a) de Justiça da Promotoria da Infância  
e da Juventude de Sumaré  
Ministério Público do Estado de São Paulo

Proc. n.º	206/18
Data	07/02/18
Func.	gm

**FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS HUMANOS DE CAMPINAS**, instituído pela Lei nº 11.982 de  
20 de Maio de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 17.436 de 17 de  
Novembro de 2011, com base no artigo 54, inciso III, da Lei Nº 8.069, de  
13 de Julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do  
Adolescente e dá outras providências", bem como nos artigos 58 a 60 da  
Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes  
e bases da educação nacional", e o artigo 4º da Lei Nº 10.436, de 24 de  
Abril de 2002, que "Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e  
dá outras providências", por seu Coordenador infra assinado, vem  
respeitosamente perante V.Exa. apresentar

**REPRESENTAÇÃO EM CARÁTER DE  
URGÊNCIA**

contra a Diretora da Escola Estadual  
Professora Wanda Felix de Andrade, com endereço na Rua Nelson Setti,  
nº 70, Parque Bandeirantes, Sumaré, SP, nos termos que seguem.





## FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CAMPINAS

01 . Este Fórum recebeu a denúncia do Sr. Ademir Luiz Amaral, cuja filha Nicole Amaral, de 8 anos de idade, é deficiente auditiva e ficou sem aula por falta de intérprete de Libras em Sumaré. E além da ausência do (a) intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) o pai ficou revoltado com a postura da Direção da Escola e outras autoridades da rede estadual de educação.

02 . No dia 01/02/2018 o pai da referida aluna compareceu à Escola denunciada para deixar sua filha no seu primeiro dia de aulas, sendo que a menina se encontrava bastante ansiosa por tal ocasião, visto que é estudiosa e gosta de frequentar a escola.

03 . Para surpresa e indignação do \sr. Ademir, a Diretora lhe informou que não havia ainda o (a) intérprete de LIBRAS e que sua filha teria de ficar na Escola sem o apoio daquele (a) profissional.

04 . O pai da menina, além de surpreso e perplexo com tal situação, ficou ainda mais indignado com a atitude da Diretora, que lhe disse para "deixar sua filha assim mesmo", quando ele sabia o quanto a falta do profissional de LIBRAS prejudicaria a menina.

05 . Mas o que já era ruim ainda ficaria pior, pois ao ser acionada a Coordenadoria de Inclusão da Secretaria de Educação do Estado, a representante deste órgão limitou-se a reproduzir a resposta já dada pela Diretora, sem qualquer alternativa que garantisse o direito de Nicole à educação.

06 . A alegação da Direção da Escola para tal situação é de que houve um problema na contratação e o funcionário não estaria disponível.





## FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CAMPINAS

07 . Posteriormente, matéria da emissora EPTV relatou que “a Secretaria Estadual de Educação informou que a Diretoria Regional de Ensino de Sumaré só conseguiu preencher a vaga para o intérprete de libras nesta sexta-feira (2) pela dificuldade de encontrar profissionais com essa especialidade. A governo do estado ainda disse que a professora começa a trabalhar na segunda-feira (5).”

08 . A indignação e revolta do Sr. Ademir foi decorrente de que, segundo seu relato, não é a primeira vez que situações de desrespeito ao direito de sua filha à educação inclusiva acontecem.

09 . O Sr. Ademir registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Sumaré para garantir que as ausências de intérpretes não aconteçam de novo. Ainda conforme a matéria, ele afirmou: “Eu estou cansado de ouvir que sempre vai resolver, então eu decidi registrar o que está acontecendo e, infelizmente, ao invés da minha filha passar a tarde na escola, ela passou na delegacia”.

10 . A Lei Nº 9.394 de 1996 – LDB, dispõe em seu art. 58 que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, e o 1º do mesmo artigo determina: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

11 . O Art. 59 da mesma Lei estabelece que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (...)”





## FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CAMPINAS

12 . O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 54, inciso III, dispõe que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...); III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (...).

13 . A Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, que “Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências”, estabelece em seu art. 4º que “O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.”

14 . A Lei Estadual Nº 16.279, de 08 de Julho de 2016, que “Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências”, em seu artigo 2º dispõe que “ São diretrizes do PEE: (...) II - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; (...) IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial e à sustentabilidade socioambiental.

15 . Esta Lei possui um Anexo no qual estão detalhadas as Metas e Estratégias para que o Plano seja efetivo, e a “Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até 2023” é a que abrange a questão da educação inclusiva.





**FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE  
CAMPINAS**

19 . Sendo o que havia para o momento,  
subscrevemo-nos, enviando nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,



Paulo Tavares Mariante  
Coordenador do Fórum Municipal de Defesa dos  
Direitos Humanos de Campinas  
Fone (19) 99339-4111  
Rua Dr. Quirino, nº 563, ap. 84, Centro - Campinas